

**HABEAS CORPUS Nº 493.781 - SC (2019/0045476-0)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : MARILDE BERNADETE STANGHERLIN MASIERO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARILDE BERNADETE STANGHERLIN MASIERO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos autos do HC n. 4034782-92.2018.8.24.0000.

Depreende-se dos autos que a paciente foi denunciada, pela possível prática de furto simples, nos termos do art. 155, *caput*, do Código Penal (e-STJ fls. 22/24).

Consta da exordial acusatória que a paciente, no dia 13 de julho de 2018, por volta das 17h10min, adentrou no "Supermercado Amauri" e subtraiu, para si, uma unidade de gel fixador Bozzano, uma unidade de Farofa Yoki, uma unidade de bacon Sadia, um pacote de linguiça Perdigão, um quilograma de angonine, um pote de nata Aurora, um pacote de sal temperado Ki-forte e uma quantidade de filé costela bovina, produtos esses avaliados em R\$ 124,36 (cento e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos).

A Magistrada de primeiro grau, na data de 25/10/2018, recebeu a denúncia, verificando indícios suficientes de autoria e materialidade (e-STJ fls. 86/87).

Irresignada, a paciente, assistida pela Defensoria Pública estadual, impetrou *habeas corpus* perante a Corte local; a ordem, contudo, foi denegada pela Quinta Câmara Criminal, em acórdão assim emetado (e-STJ fl. 177):

*HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES (ART. 155. CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). PRETENDIDO O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA SOB O ARGUMENTO DE ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA, EM FACE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. REQUISITOS ESTABELECIDOS PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES NÃO PREENCHIDOS CONCOMITANTEMENTE. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.*

*"A jurisprudência desta Corte, dentre outros critérios, aponta o parâmetro da décima parte do salário mínimo vigente ao tempo da infração penal, para aferição da relevância da lesão patrimonial. Precedentes". (HC 449.822/SC. Rei. Ministro RIBEIRO DANTAS. QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 15/08/2018)*

No presente *writ*, a Defensoria Pública de Santa Catarina sustenta a atipicidade da conduta da paciente em razão do princípio da insignificância.

Aduz que "De fato, causa perplexidade o acórdão ao considerar presente o *fumus commissi delicti* na imputação de uma conduta sem qualquer relevância jurídico-penal: furto de um gel fixador, uma Farofa, um bacon, um pacote de lingüiça calabresa, um quilograma de angonine, um pote de nata, um pacote de sal temperado, e uma quantidade de filé costela bovina, avaliados conjuntamente em R\$ 124,36." (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente, seja suspensa a tramitação do processo de origem até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para trancar a ação penal em razão da atipicidade material da conduta imposta na denúncia.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que

importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência. **Trata-se de furto simples de alguns produtos de um mercado, dentre alimentos e cosméticos para higiene pessoal, avaliados em R\$ 124,36 (13% do salário mínimo vigente à época dos fatos).**

No presente caso, o princípio da insignificância foi afastado, em razão da construção jurisprudencial desta Corte no sentido de que, para a aferição da relevância da lesão patrimonial, aponta-se como parâmetro o limite de 10% do salário mínimo vigente ao tempo da infração.

Ao meu ver, o fundamento apresentado pelo Tribunal *a quo* não se mostra válido, nesse caso, para manter a persecução penal, tendo em vista completa atipicidade material da conduta. A despeito de restar patente a existência da tipicidade formal (perfeita adequação da conduta do agente ao modelo abstrato previsto na lei penal), não incide, no caso, atipicidade material que se traduz na lesividade efetiva e concreta ao bem jurídico tutelado, sendo-lhe atípica a conduta imputada, já que os produtos do furto foram restituídos ao estabelecimento comercial logo após a paciente sair do supermercado.

Nesse sentido, transcrevo trecho da denúncia:

*" Segundo consta, a denunciada portava consigo sua bolsa ao adentrar no referido estabelecimento comercial, utilizando-se deste pertence para ocultar os produtos subtraídos. Contudo, ao passar no caixa, os funcionários do supermercado avistaram parte de uma etiqueta de mercadoria apontando para fora bolsa, sendo que a denunciada efetuou o pagamento apenas dos produtos constantes no carrinho.*

*Diante disso, comunicaram o fato à Polícia Militar que logrou êxito em abordar a denunciada Marilde Bernardete Stangherlin Masiero já no interior de seu veículo saindo do estacionamento do Supermercado Amauri, estando de posse das mercadorias subtraídas." (e-STJ fl. 22/23).*

Ademais, registra-se que a paciente é uma mulher quase idosa (58 anos de idade), **primária, e sequer responde a algum processo criminal**, conforme certidão à e-STJ fl. 62.

Assim, resta configurada a existência dos quatro vetores, segundo entendimento consolidado pelo Supremo tribunal Federal, para a aplicação do princípio da insignificância ao caso dos autos, quais sejam: mínima ofensividade da conduta do agente; inexistência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e inexpressividade da lesão jurídica provocada. (HC n. 84.412-0/SP, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Dj de 19.11.2004).

A aplicabilidade do princípio da insignificância é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e que a conduta do agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

Colhem-se precedentes desta Corte:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. GÊNERO ALIMENTÍCIO. 5 KG DE CARNE BOVINA. BAIXO VALOR. RÉU TECNICAMENTE PRIMÁRIO. REITERAÇÃO DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PROVIDO.*

*1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.*

*2. A conduta de furtar gênero alimentício de pequeno valor, de estabelecimento comercial, é desprovida de relevância penal, autorizando a incidência do princípio da insignificância, mormente por se tratar de ré tecnicamente primária, não obstante ostente condenação por crime contra o patrimônio.*

*3. Agravo conhecido e recurso especial provido para, afastada a tipicidade da conduta pela incidência do princípio da*

*insignificância, absolver o recorrente da imputação do art. 155, § 2º, do CP.*

*(AREsp 1259790/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 22/5/2018, DJe de 6/6/2018)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO PELO ARROMBAMENTO. RES FURTIVAE EQUIVALENTE A R\$ 61,00 (SESSENTA E UM REAIS). RÉU TÉCNICAMENTE PRIMÁRIO E PORTADOR DE BONS ANTECEDENTES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE.**

*I - O princípio da insignificância deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, observando-se a presença de "certos vetores, como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC 98.152/MG, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 5/6/2009).*

*II - Em hipóteses excepcionais, é recomendável a aplicação do princípio da insignificância, a despeito de ser o acusado reincidente e qualificado o furto.*

*III - No caso, o acusado, tecnicamente primário, portador de bons antecedentes e com pena-base no mínimo legal, foi denunciado porque, em 28/8/2013, subtraiu, para si, mediante arrombamento, a quantia de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), em espécie, pertencente à empresa Aqua Pet., aproximadamente 9% (nove por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos.*

*IV - Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 1270037/RS, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 2/8/2018, DJe de 10/8/2018)*

Nesse diapasão, recentes julgados da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal revelam a possibilidade da aplicação do princípio da bagatela, até mesmo em casos a envolver reincidentes. Nesse sentido:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. FURTO SIMPLES. REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. A aplicação do Princípio da**

*Insignificância, na linha do que decidido por esta Corte, pressupõe ofensividade mínima da conduta do agente, reduzido grau de reprovabilidade, inexpressividade da lesão jurídica causada e ausência de periculosidade social. (Precedente). 2. No julgamento conjunto dos HC's 123.108, 123.533 e 123.734 (Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe 01.02.2016) o Plenário desta Corte firmou o entendimento de que, no delito de furto simples, a reincidência não impede, por si só, a possibilidade de atipicidade material. Também foi acolhida a tese de que, afastada a possibilidade de reconhecimento do princípio da insignificância por furto, "eventual sanção privativa de liberdade deverá ser fixada, como regra geral, em regime inicial aberto, paralisando-se a incidência do art. 33, § 2º, c, do CP no caso concreto, com base no princípio da proporcionalidade". 3. No caso em análise, trata-se de furto simples de um botijão de gás usado, avaliado em R\$ 80,00 (oitenta reais), em que a res furtiva, além ser de pequena monta, foi restituída à vítima. Ademais, não está caracterizada a habitualidade delitiva específica em delitos patrimoniais. 4. Recurso provido para restabelecer a sentença de primeiro grau, que reconheceu a aplicação do princípio da insignificância e absolveu o paciente do delito de furto.*

Configurados, assim, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, justifica-se a concessão da medida urgente.

Ante o exposto, **defiro a liminar** postulada para suspender a tramitação do processo em curso, até o julgamento do presente *writ*.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal impetrado e o Juízo de primeiro grau.

Devidamente instruído o feito, dispense as informações de praxe.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

